



50

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2019

# **Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892)<sup>1</sup>**

## **If Rio de Janeiro is lusitano, why is not Ilha das Flores? The reception of portuguese immigrants in Rio de Janeiro (1883-1892)**

LUÍS REZNIK<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
luisreznik@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-5844-4777>

RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES<sup>3</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
ruianiceto@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1329-3570>

JULIANNA CAROLINA OLIVEIRA COSTA<sup>4</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
ju\_oliverc@hotmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-2445-056X>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2019  
Texto aprovado em / Text approved on: 16/05/2019

---

<sup>1</sup> As ideias presentes nesse texto foram discutidas originalmente no IX Seminário Internacional sobre Emigração Portuguesa – “Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico”, promovido pelo CEPES, em novembro de 2013. O seu amadurecimento em muito se deve ao ambiente de debates propiciado pelo grupo de pesquisa Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores, sediado na UERJ e coordenado por Luís Reznik. Em momentos diversos, a pesquisa recebeu apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ.

<sup>2</sup> Professor Associado e Pró-cientista da UERJ. Coordenador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Pesquisador CNPq, Cientista do Nosso Estado FAPERJ.

<sup>3</sup> Professor Adjunto e Pró-cientista da UERJ. Pesquisador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

<sup>4</sup> Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista TCT/FAPERJ do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

*Resumo*

Laços históricos e culturais tornaram os portugueses o principal grupo de imigrantes que se fixaram no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Os estudos que já se dedicaram ao tema ressaltam variados aspectos: os estímulos à emigração, as estratégias de fixação e de reconstrução de identidades no novo país, as solidariedades e sociabilidades proporcionadas, as relações mantidas entre os dois lados do Atlântico etc. Um aspecto pouco analisado diz respeito aos processos de recepção desse grupo no Rio de Janeiro, em especial, sua presença na Hospedaria da Ilha das Flores, dispositivo criado em 1883, e que ocupou papel central nas ações de recepção de imigrantes das políticas imperial e republicana. Nesse sentido objetivamos analisar esses processos relacionando-os à Hospedaria da Ilha das Flores, na primeira década de funcionamento desta instituição, 1883-1892.

*Palavras chave:* imigração portuguesa; Ilha das Flores; hospedaria de imigrantes; cadeia migratória; Grande Imigração.

*Abstract*

Historical and cultural ties have made the Portuguese the main group of immigrants who settled in Brazil, especially in Rio de Janeiro. Studies that have dedicated themselves to the subject highlight different aspects: the incentives to emigrate, the retention strategies and identity reconstruction in the new country, provided solidarity and sociability, the relations maintained between the two sides of the Atlantic etc. An aspect that has not been analyzed is related to the reception processes of this group in Rio de Janeiro, especially its presence in the Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, a device created in 1883, which played a central role in the reception of immigrants from the imperial and republican policies. In this sense, we aim to analyze these processes by relating it to the Hospedaria da Ilha das Flores, in the first decade of operation of this institution, 1883-1892.

*Keywords:* Portuguese immigration; Flores Island; hostel of immigrants; migration chain; Great Immigration.

*Portugal não teve e não tem oiro para emprestar ao Brasil. Mas emprestou-lhe, e em muitos casos deu-lhe, o seu capital mais valioso: o homem*<sup>5</sup>.

Exaltando os laços que aproximavam Portugal e Brasil, na década de 1930, Nuno Simões destaca o papel da comunidade lusitana em terras brasileiras demonstrando o longo fluxo emigratório/imigratório estabelecido desde o século XIX. A partir da independência política, em 1822, os portugueses se constituíram como um dos principais grupos de imigrantes no Brasil. A presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Império e posteriormente da República, foi notável uma vez que ali se estabeleceu a maior comunidade lusa do mundo fora de Portugal<sup>6</sup>. O intenso fluxo foi estimulado pela antiga relação metrópole-colônia entre Portugal e Brasil, que gerou ligações culturais e sociais entre os dois países. Estima-se que, entre 1885 e 1914, cerca de 1,1 milhão de portugueses seguiram em direção ao Brasil. Nesse mesmo período, apenas 200 mil se destinaram a outros países, sobretudo para os Estados Unidos e a Argentina<sup>7</sup>.

A emigração de portugueses para as Américas, sobretudo no último quartel do século XIX, acompanhava tendências mundiais que se estenderam até as primeiras décadas do século XX. Esse período, conhecido pela historiografia como a Grande Migração, foi caracterizado pelo deslocamento de cerca de 31 milhões de indivíduos<sup>8</sup> de diversas nacionalidades, provenientes, em sua maior parte, dos países da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Itália). Embora não haja causas únicas, os principais motivos dos deslocamentos relacionaram-se a fatores econômicos ocasionados pelo avanço das estruturas capitalistas sobre o campo, conjugados à atração oferecida por países americanos, como o Brasil que, na época, intensificava o processo de ocupação do território e adotava uma série de medidas para substituição da mão de obra escrava para a livre.

---

<sup>5</sup> Nuno Simões, *O Brasil e a emigração portuguesa. Notas para um estudo*, Coimbra, Imprensa Universitária, 1934, p. 26.

<sup>6</sup> Silvío Rabaça, *De pai para filho. Imigrantes portugueses no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Documenta Histórica Editora, 2010, p. 26.

<sup>7</sup> Cf. Joaquim da Costa Leite, “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)” in Boris Fausto (Org.), *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*, São Paulo, EDUSP, 2000, p. 178.

<sup>8</sup> Entre 1880 e 1915, os Estados Unidos registaram a entrada de mais de 21 milhões de imigrantes. Argentina e Brasil receberam 4,2 e 2,9 milhões de imigrantes, respetivamente. Países como Uruguai, Chile, Peru e Cuba receberam números mais modestos. Cf. Herbert Klein, “Migração Internacional na história das Américas” in Boris Fausto (Org.), *op. cit.*, p. 25.

Eric Hobsbawn atribuiu o excedente de força de trabalho à transformação da terra em mercadoria e às inovações tecnológicas na produção agrícola<sup>9</sup>, pois, com o fim das áreas comunais muitos camponeses foram impedidos de ter acesso ao seu meio de produção. Os que conquistaram esse direito converteram-se em proprietários rurais que, diante de dificuldades econômicas, poderiam vender a propriedade, muitas vezes por uma quantia abaixo do valor. Assim, o solo ia se concentrando nas mãos de homens estimulados pelo lucro, capazes de promover a mecanização da agricultura e, conseqüentemente, empregar no seu cultivo um número cada vez menor de trabalhadores sem-terra.

No período em que os campos europeus entravam em desarticulação, os índices de natalidade superavam os de mortalidade. O crescimento demográfico foi responsável por pressionar o setor agrícola para atender a demanda alimentar, implicando na supressão do direito de acesso a terra em prol do aumento da produtividade<sup>10</sup>. Nesse contexto, uma parcela da população rural se deslocava para as cidades europeias, mas, embora existisse uma demanda de trabalho por parte das indústrias e ocupações urbanas, não era suficiente para absorver toda a mão de obra excedente.

Em Portugal, além dos problemas relativos à posse da terra e a escassez de trabalho, destaca-se, entre as razões de partida, a fuga ao serviço militar obrigatório<sup>11</sup>. Os homens adultos que desejassem emigrar deveriam comprovar que tinham cumprido as suas obrigações militares. Os jovens entre 14 e 21 anos só obtinham autorização para deixar o país mediante o depósito de fiança ou apresentação de um fiador. Assim, o governo português evitava que a emigração esvaziasse os contingentes de recrutas. Com exceção à restrição imposta aos rapazes, havia liberdade para emigrar e progressos tecnológicos nos setores de transporte e comunicação propiciavam a circulação em massa.

A expansão das linhas férreas no norte do país, a partir do ramal do Douro, facilitou o deslocamento dos portugueses em direção aos portos de embarque. Nos portos, a substituição dos veleiros pelos vapores possibilitou o aten-

---

<sup>9</sup> Cf. Eric Hobsbawn, *A era do capital (1848-1875)*, 5.ª ed., Tradução de Luciano Costa Neto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 195.

<sup>10</sup> Herbert Klein, *op. cit.*, p. 15.

<sup>11</sup> Joaquim da Costa Leite, *op. cit.*, p. 179. Durante a Regeneração procurou-se retirar a influência dos caudilhos militares, colocando o exército a serviço do Estado. Dessa forma, em 1855, foi promulgada a nova lei de recrutamento. Cf. Isilda Monteiro, *O exército e a sociedade, na segunda metade do século XIX – reflexões para um estudo*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 755-760. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5009.pdf> (consultado em 2017.09.10).

dimento à crescente massa de emigrantes. Além disso, os vapores, por não estarem sujeitos à inconstância do tempo e das correntes marítimas, podiam cumprir rotas e horários pré-estabelecidos. Tal progresso acelerou a movimentação de pessoas e a transmissão de informações não só em Portugal, mas em diversas partes do mundo.

Do outro lado do Atlântico, países americanos procuravam atrair os indivíduos que emigravam da Europa. No Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX, foi adotado um conjunto de políticas imigratórias que seguiu duas direções: a adoção de uma lógica de ocupação de terras públicas, baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, através do sistema de formação de colônias<sup>12</sup>; e a obtenção de mão de obra para as lavouras de café, sobretudo, para as terras recém-cultivadas do oeste paulista<sup>13</sup>.

A experiência da imigração europeia para o Brasil data do período joanino e fixa raízes que perduram por todo o período imperial. Logo após o estabelecimento da Corte portuguesa em território americano, o monarca firmou contratos para atração de europeus objetivando a formação de colônias para ocupação do território brasileiro<sup>14</sup>. Subsidiava-se a viagem e o estabelecimento – com a concessão de terras, ferramentas e sementes – de colonos em áreas interioranas. Essa concepção colonizadora norteou as diretrizes da administração imperial até a década de 1870<sup>15</sup>. A política de imigração e colonização promovida pelo governo imperial provocou a reação dos cafeicultores, preocupados com o abastecimento de mão de obra para as plantações de café. A legislação brasileira orientava o fluxo de imigrantes para os núcleos coloniais, justamente no período em que a cultura cafeeira se expandia para novas áreas. Além disso, tornava-se cada vez mais difícil obter escravos para a lavoura, devido à proibição do tráfico transatlântico de africanos (1850) e, posteriormente, a promulgação da lei do Ventre Livre (1871). Nesse contexto, os cafeicultores passaram a reivindicar para suas lavouras os estrangeiros que ingressavam no Brasil.

Em 1878, o Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Visconde de Sinimbu, convocou o Congresso Agrícola, no Rio de Janeiro. Foram arrematados os proprie-

---

<sup>12</sup> Cf. Luíza Iotti, “Imigração e Colonização” in *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 2, 2003, p. 178.

<sup>13</sup> Cf. Paulo César Gonçalves, *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*, São Paulo, Alameda, 2012, p. 130-131.

<sup>14</sup> Martin Nicoulin, *A gênese de Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1995.

<sup>15</sup> J. Fernando Carneiro, *Imigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950.

tários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e do Município Neutro para debater as necessidades da grande lavoura em termos de mão de obra, crédito e tecnologia. Não houve consenso sobre uma série de questões, mas o problema da mão de obra foi identificado como o principal do setor agrícola do momento. Para muitos a imigração colocava-se como uma das possibilidades para solucioná-lo<sup>16</sup>.

Vale ressaltar, entretanto, que para os dirigentes políticos e intelectuais, a introdução de trabalhadores europeus significava mais do que uma solução para os problemas de povoamento ou de substituição de mão de obra. Segundo as teorias raciais do período, a imigração europeia significava uma facilitação à chegada do progresso, visto que conferia aos europeus um caráter de superioridade em relação à população brasileira, composta em sua maioria por negros e mestiços<sup>17</sup>. Em outras palavras, além de trabalhar nos campos, o indivíduo que vinha do outro lado do oceano deveria servir como elemento branqueador e civilizador.

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para promover e estimular a imigração. Em 1867, foi aprovado o regulamento para as colônias do Estado. De acordo com o regulamento, o governo se comprometeu a conceder aos imigrantes que desejassem se estabelecer nos núcleos coloniais: pagamento das terras em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento; edifício especial para abrigar os recém-chegados; e auxílio gratuito no valor de 20 mil réis<sup>18</sup>. No mesmo ano, o governo brasileiro tomou para si a responsabilidade de providenciar um local adequado para receber os imigrantes que chegavam à cidade do Rio de Janeiro e que tinham como destino as colônias do Estado. Para tanto, arrendou um conjunto de prédios situados no Morro da Saúde, instalando ali uma Hospedaria de Imigrantes<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Congresso Agrícola. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

<sup>17</sup> Cf. Lília Schwarcz, *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993; Giralda Seyferth, "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil", *Revista USP*, n. 53 (2002), p. 117-149; Lená Menezes, *Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações (1870-1930)*, Rio de Janeiro, Latinidade, v. 3, 2014, p. 73-84.

<sup>18</sup> Decreto n. 3.784, *Coleção de Leis do Brasil*, 19/1/1867, vol. 1, p. 31.

<sup>19</sup> Manoel Pinto de Souza Dantas, *Relatório apresentado a Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1867, p. 69-70. Cf. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo e Laurent Vidal, "Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil", *His-*

Em 1876, o governo imperial, visando reorganizar as políticas imigratórias, criou a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela fiscalização e direção de todos os serviços atinentes à imigração e à colonização<sup>20</sup>. Desse modo, entre outras atribuições, coube a referida Inspetoria assegurar ao imigrante hospedagem e transporte gratuito até o lugar que preferisse, dando-lhe liberdade de se estabelecer na colônia que escolhesse para sua residência, bem como a garantia de acesso a terra, sementes e instrumentos de trabalho.

Para cumprir o que lhe foi designado, em 1883, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização adquiriu a Ilha das Flores. Com a construção de um grande galpão, capaz de abrigar comodamente mil indivíduos de uma só vez, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores se converteu em local de registro, de controle médico-sanitário e de encaminhamento dos imigrantes para o lugar de destino.

### **Sistema de recepção de imigrantes: Porto do Rio de Janeiro e Hospedaria da Ilha das Flores**

Em 1883, o governo imperial criou a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores para receber os recém-chegados, prioritariamente aqueles cujas viagens eram subsidiadas, que ingressavam no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro. A Ilha das Flores tornou-se uma opção viável para o estabelecimento da Hospedaria por estar localizada na Baía de Guanabara, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro, próxima de águas navegáveis e de estradas férreas, e local salubre que permitiria preservar a mão de obra sadia da cidade febril que era a Corte<sup>21</sup>. Além disso, a instalação da Hospedaria em uma “ilha pitoresca” ajudava a promover a imagem do Brasil no exterior, servindo como um importante instrumento para atrair os imigrantes<sup>22</sup>.

---

*tória, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol 21, n.1, fev/2014. Betty Antunes de Oliveira, *Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX*, S/1, Mimeo, 2008. Disponível em <http://www.pibrj.org.br/historia/> (consultado em 2012/10/15).

<sup>20</sup> Cf. Luíza Iotti, *Imigração e Colonização. Legislação de 1747-1915*, Porto Alegre, Edusc, 2001, p. 257.

<sup>21</sup> Luís Reznik; Julianna Costa, “Como manter saudáveis os nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 26 (2019), p. 15-32; e Luís Reznik; Rui Aniceto Nascimento Fernandes, “Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores”, *Navegar. Revista de Estudos de E/ Imigração*, v. 2, n. 3 (2016), p. 77-107.

<sup>22</sup> Em 1884, o governo imperial produziu o *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* que foi distribuído em diversos países da Europa, a fim de que fossem conhecidos pelos europeus os



A análise das estatísticas relativas à entrada de estrangeiros no Brasil, na primeira década de funcionamento da Hospedaria da Ilha das Flores (1883-1892), indica que os esforços do governo brasileiro geraram resultados com o aumento crescente e exponencial do fluxo de ingressos no país.

Tabela 1 – Movimento imigratório no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro (PRJ) e na Hospedaria da Ilha das Flores (HIIF) entre 1883 e 1892<sup>23</sup>

	BRASIL	PORTO RJ	PRJ/BR	HIIF	HIIF/BR	HIIF/PRJ
1883	26.789	13.737	51%	7.402	28%	54%
1884	19.608	17.999	92%	8.138	42%	45%
1885	29.408	22.727	77%	10.579	36%	47%
1886	25.741	22.286	87%	12.501	49%	56%
1887	54.990	31.310	57%	18.834	34%	60%
1888	131.745	55.863	42%	33.384	25%	60%
1889	65.187	47.760	73%	26.848	41%	56%
1890	107.100	85.172	80%	66.494	62%	78%
1891	216.659	191.151	88%	63.829	29%	33%
1892	86.213	54.509	63%	19.088	22%	35%
Total	764.440	542.514	71%	267.115	35%	49%

Fonte: *Relatórios do Ministério da Agricultura*. 1884-1893.

benefícios concedidos aos imigrantes espontâneos. O *Guia* fez uma rica descrição da estrutura e do funcionamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: “todos os vapores entrados dos portos da Europa são visitados por um agente da Inspetoria de Terras e Colonização, que na língua italiana, francesa ou alemã, conforme a nacionalidade dos imigrantes, que vem a bordo, lhes oferece em nome do Governo a hospedagem no estabelecimento dos imigrantes situado na pitoresca Ilha das Flores, na formosa baía do Rio de Janeiro, a 50 minutos da cidade, na qual se goza de um ameno clima constantemente refrescado pelas brisas do mar, o que a torna essencialmente salubre e agradável aos seus habitantes. As excelentes condições desta Ilha são justificadas pelo inalterável estado sanitário de mais de 12.000 imigrantes, que no período de 15 meses aí têm sido alojados, sendo que nesse período reinaram na cidade as enfermidades próprias da estação calmosa, sem que entretanto ali aparecesse o mais ligeiro caso de moléstia. Contudo para atender a qualquer caso imprevisto tem o estabelecimento à sua disposição um facultativo, bem como uma botica suprida dos medicamentos mais necessários, sendo os enfermos recolhidos a uma enfermaria montada com todos os recursos no mesmo estabelecimento, e nos casos graves levados para o Hospital Geral”. Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, *Guia de emigrante para o Império do Brazil*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, p.7-8.

<sup>23</sup> A presente tabela foi organizada com dados coletados dos Relatórios do Ministério da Agricultura de 1883 a 1892. No que tange os dados da Hospedaria da Ilha das Flores eles foram

Com base nos dados apresentados acima percebe-se a centralidade do Porto da cidade do Rio de Janeiro como local de recepção da imigração no Brasil durante esse período. A grande maioria dos imigrantes chegados ao Brasil, ingressava pela cidade do Rio de Janeiro, à época local do estabelecimento da Corte da monarquia brasileira e capital do Império. A média do período ficou em torno de 70%, atingindo picos de 92% (1884), 87% (1886) e 88% (1891). Essa centralidade gerou a necessidade de ações eficazes de recepção, triagem e destinação desses imigrantes. Para obter maior controle do fluxo migratório, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Afonso Augusto Moreira Penna, em 1884, ordenou que depois de desembarcar no Porto do Rio de Janeiro, todos os passageiros vindos de portos estrangeiros em 3.<sup>a</sup> classe deveriam ser imediatamente transportados, com as suas respectivas bagagens, até a Ilha das Flores<sup>24</sup>. A partir da análise da tabela 1, no entanto, podemos afirmar que essa diretriz não era cumprida tendo em vista que a totalidade dos imigrantes ingressos no Rio de Janeiro, neste período, não foi remetida à Hospedaria. É muito provável que os ingressantes na ilha fossem apenas os imigrantes subsidiados. Nesse sentido, verificamos que a Hospedaria da Ilha das Flores recebeu quase a metade (49%) dos cerca de 500 mil imigrantes que ingressaram no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro, entre 1883 e 1892, chegando a picos de 78% (1890) e 60% (1887 e 1888).

Os imigrantes encaminhados para a Ilha das Flores usufruíram de uma série de serviços, desde o registro até o encaminhamento para outras regiões do Brasil. Após serem devidamente registrados, os imigrantes passavam por uma inspeção médica a fim de verificar o seu estado de saúde. Os doentes eram encaminhados para a Santa Casa da Misericórdia, no Rio de Janeiro, ou para o Hospital de São João Batista, em Niterói, salvo os casos mais simples

---

comparados com aqueles constantes nos livros de registros de imigrantes da instituição. Os dados apresentados nos relatórios ministeriais expressam as ações sob seu controle não levando em consideração o movimento migratório ocorrido em todo território brasileiro. Os números apresentados como totais da imigração no Brasil, em grande parte, relacionavam-se aos dados dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, não levando em consideração os ingressos no país pelos portos de Belém e do Recife, por exemplo. Esta ressalva, não invalida a importância de trabalharmos com estes dados pois serviram para formular políticas públicas à época e também porque se aproximam, tendencialmente, do movimento migratório de então. O cruzamento com os registros da Hospedaria da Ilha das Flores configura-se como um exercício profícuo. Podemos afirmar que os dados presentes nos relatórios ministeriais, ainda que não idênticos, guardam coerência com os registrados nos livros de entrada na Hospedaria da Ilha das Flores.

<sup>24</sup> Afonso Augusto Moreira Penna, *Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, p. 214.

que eram tratados na própria enfermaria da Ilha das Flores. Aos saudáveis eram distribuídas roupas de cama limpas para que pudessem se alojar em um dos dormitórios e sabão para cuidar da higiene das suas próprias roupas na lavanderia da Ilha. A estadia poderia durar até 8 dias e incluía, ainda, três refeições diárias: café da manhã, almoço e ceia.

A Hospedaria era um lugar de acolhimento transitório, de onde os imigrantes eram encaminhados para locais de trabalho (fazenda, núcleos coloniais e, em menor medida no século XIX, a núcleos urbanos) ou para outro entreposto (outras hospedarias). Boa parte dos imigrantes que chegaram pelo Porto do Rio de Janeiro se espalhou pelo país.

Observamos, ainda na tabela 1, que, apesar de haver certa regularidade no ingresso de imigrantes no país entre 1883 e 1886, no ano de 1887 há um significativo aumento tendo registrado mais que o dobro de ingressos no ano anterior. Essa tendência se consolida nos anos seguintes onde temos 131.745, em 1888, 107.100, em 1890 e, o ápice, 216.659, em 1891.

O crescimento constante do fluxo imigratório gerou a necessidade de ampliar e complexificar a estrutura da Hospedaria, construindo novos espaços e serviços. Ao iniciar suas atividades, a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída de

[...] um galpão construído de tijolo e frontal, medindo 71m de comprimento sobre 13m de largura, não compreendidas as varandas laterais, e dividido em quatro grandes salões para dormitório, três salas para enfermaria e consultório médico, e outros sete compartimentos para dependências do serviço de hospedagem de imigrantes. O refeitório e cozinha estão provisoriamente instalados em antigos telheiros, achando-se em construção um edifício para depósito de bagagens e viveres, cozinha e copa. Não existindo na ilha senão um depósito com a capacidade necessária para conservar 63.000 litros d'água, deu-se começo à construção de outro com capacidade para 40.000 litros<sup>25</sup>.

O aumento da capacidade de absorção dos recém-chegados levou à construção, em 1886, de um edifício exclusivo para a enfermaria. Este espaço foi dividido em uma sala de consulta médica, uma sala de parto e duas enfermarias – uma masculina e uma feminina. Sua construção, além de possibilitar a ampliação do espaço destinado aos alojamentos, diminuiu os riscos de contágio uma vez que isolou os doentes na ala norte da Ilha. No ano seguinte, visando atender a crescente demanda pelo uso do local, foi feito um plano

---

<sup>25</sup> Afonso Augusto Moreira Penna, *op. cit.*, p. 215-216.

orçamentário para ampliar a capacidade da hospedaria de 1.000 para 3.000 imigrantes. O plano incluiu a ampliação do armazém que servia como depósito de bagagem, a ampliação do refeitório, a construção de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria; e a construção de novos alojamentos.

As obras de ampliação da Hospedaria, na década de 1880, demonstram a consolidação da instituição como elemento importante no processo de deslocamentos populacionais para os diferentes grupos que aqui aportaram e para as ações das administrações imperial/republicana.

A partir da década de 1890, quando o poder central abriu mão progressivamente dos serviços de introdução de imigrantes, como resultado de medidas tomadas pela República em atendimento aos interesses descentralizadores dos estados da federação, sobretudo São Paulo, verificou-se uma diminuição no fluxo imigratório no Porto do Rio de Janeiro, principalmente após 1892, com as transformações e inauguração do Porto de Santos.

### **Práticas de receção dos imigrantes lusos no Rio de Janeiro**

A tabela 2 confirma os levantamentos já consolidados pela historiografia da imigração referentes aos principais grupos imigratórios que entraram no país no final do século XIX. Nela, estão reunidos os dados referentes aos cinco principais grupos que mantiveram um fluxo regular e crescente de imigrantes aportando no Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Movimentação do Porto do Rio de Janeiro  
– por nacionalidade – entre 1884 e 1892<sup>26</sup>

Porto		Alemães		Austriacos		Espanhóis		Italianos		Portugueses	
Ano	Total	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1884	17.999	1.240	7%	598	3%	576	3%	5.933	33%	8.683	48%
1885	22.727	2.119	9%	466	2%	815	4%	10.908	48%	7.611	33%
1886	22.286	1.713	8%	644	3%	1.139	5%	11.582	52%	6.287	28%
1887	31.310	717	2%	274	1%	1.766	6%	17.115	55%	10.205	33%

<sup>26</sup> Os anos de 1883 e 1889 foram excluídos das tabelas 2 e 4, porque os relatórios do Ministério da Agricultura referentes a estes anos não apresentam o movimento do Porto do Rio de Janeiro por nacionalidade; apenas o total de ingressantes. Consideramos que a exclusão dos dois anos não afeta as médias estatísticas e, conseqüentemente, os argumentos que defenderemos a seguir.

Porto		Alemães		Austriacos		Espanhóis		Italianos		Portugueses	
Ano	Total	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1888	55.863	573	1%	1.116	2%	2.979	5%	35.104	63%	13.714	25%
1890	85.172	4.812	6%	2.246	3%	12.008	14%	31.275	37%	25.177	30%
1891	191.151	4.316	2%	2.883	2%	18.688	10%	116.531	61%	30.071	16%
1892	54.509	749	1%	406	1%	7.470	14%	30.248	55%	14.160	26%
Total	481.017	16.239	3%	9.633	2%	45.441	9%	258.696	54%	115.908	24%

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura. 1884-1893.

Na tabela observamos a primazia inicial dos portugueses, logo ultrapassados, no ano seguinte, pelos italianos. Durante toda a década os portugueses representaram cerca de um quarto de todos os imigrantes que aportaram no Brasil pelo porto do Rio de Janeiro. Os italianos, que constituíram a voga mais massiva para as Américas, no período da Grande Imigração, representaram, na década em questão, mais da metade dos ingressantes no Porto do Rio. Em menor número, em terceira posição encontra-se a imigração espanhola, que também teve grande impacto durante a grande imigração no Brasil. Somados, os três grupos nacionais significaram quase noventa por cento dos imigrantes que entraram pelo Porto do Rio. Alemães e austríacos, apesar dos números totais bem menos significativos, impactaram diversas regiões do país na formação de núcleos coloniais. Os cinco principais grupos representaram 92% dos imigrantes. Foram ingressos constantes e rotineiros. Para efeitos do argumento tratado neste artigo, não foram problematizadas as variações, esporádicas e excepcionais, relativas ao ingresso de outros grupos étnico-nacionais, como, por exemplo, os mais de trinta mil russos que chegam nos anos de 1890 e 1891.

As próximas duas tabelas apresentam uma variação, a nosso ver substantiva, especialmente em relação ao ingresso dos imigrantes portugueses.

Tabela 3 – Principais nacionalidades que ingressaram na Hospedaria da Ilha das Flores entre 1883 e 1892

HIIF		Alemães		Austriacos		Espanhóis		Italianos		Portugueses	
Ano	Total	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1883	7.464	638	9%	947	13%	78	1%	4.668	63%	1.084	15%
1884	8.138	661	8%	456	6%	268	3%	4.165	51%	2.206	27%

HIIF		Alemães		Austriacos		Espanhóis		Italianos		Portugueses	
Ano	Total	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
1885	10.579	581	5%	326	3%	209	2%	7.664	72%	1.397	13%
1886	12.501	1.378	11%	230	2%	355	3%	8.617	69%	1.407	11%
1887	18.834	621	3%	240	1%	574	3%	14.639	78%	2.237	12%
1888	33.384	638	2%	1.916	6%	883	3%	22.948	69%	4.086	12%
1889	26.848	695	3%	265	1%	4.730	18%	13.103	49%	4.553	17%
1890	66.494	3.494	5%	1.299	2%	7.832	12%	13.794	21%	10.842	16%
1891	63.829	2.743	4%	1.689	3%	6.335	10%	35.981	56%	8.000	13%
1892	19.088	387	2%	77	0%	4.647	24%	10.727	56%	2.581	14%
<b>Total</b>	<b>267.159</b>	<b>11.836</b>	<b>4%</b>	<b>7.445</b>	<b>3%</b>	<b>25.911</b>	<b>10%</b>	<b>136.306</b>	<b>51%</b>	<b>38.393</b>	<b>14%</b>

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura. 1884-1893 e Livro de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. 1883-1892.

Em linhas gerais, a análise da estatística sobre os ingressantes na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores acompanha o descrito para a movimentação de entrada no Porto do Rio de Janeiro. 82% dos registrados na Hospedaria pertenciam a um dos cinco principais grupos, com a primazia absoluta de italianos. É provável, que em certos períodos desta década, quando a porcentagem de italianos beirava aos 70% do total, o idioma “oficial” da Ilha das Flores fosse o italiano e suas variações.

Dois elementos chamam a atenção nessa tabela. O primeiro pela ausência. Argumentamos que elaboramos tabelas apenas com os registros relativos a italianos, portugueses, espanhóis, alemães e austriacos, pois foram os grupos étnico-nacionais que, além de majoritários, tiveram ingressos constantes ao longo da década analisada. Entretanto, é necessário voltar a mencionar a presença de cerca de 33 mil imigrantes “russos” (12% do total) que foram registrados na Hospedaria, somente nos anos de 1890 e 1891. Vale destacar que os indivíduos registrados como russos podiam pertencer a outro grupo étnico-nacional que vivia no Império Russo, como, por exemplo, poloneses. Segundo Bytsenko, no segundo semestre de 1889, “um verdadeiro delírio coletivo disseminou-se por centenas de aldeias, na parte russa da Polônia”, conhecido como “febre brasileira”. A maioria dos “russos” que chegaram às Américas eram poloneses, ucranianos, integrantes dos povos bálticos, alemães, judeus e pessoas oriundas de outros grupos étnicos do Império, ou seja,

a população das regiões ocidentais da Rússia. A baixa produção agrícola, a miséria, o aumento da violência nos campos e as perseguições políticas e religiosas, associadas a fatores de atração contribuíram para o aumento do fluxo de imigrantes provenientes do Império Russo. Bytsenko afirma que “de acordo com as estatísticas alemãs do ‘Monatshefte zur Statistik des Deutschen Reiches’, referentes aos portos alemães de Bremen e de Hamburgo, no ano de 1890, cerca de 30 mil pessoas, a maioria camponeses poloneses, saíram da Rússia para o Brasil”<sup>27</sup>. Neste mesmo ano foram recebidos, na Ilha das Flores, mais de 26 mil “russos”.

O segundo dado que nos chama a atenção é a diminuição percentual de portugueses no ingresso da Hospedaria, frente aos outros grupos. Apenas catorze por cento dos imigrantes registrados na Ilha eram portugueses, número superado ao longo de toda a década, pelos italianos e, em alguns anos, inferior ou equiparado a espanhóis ou alemães. Vamos analisar mais detidamente esse aspeto ao abordar a tabela seguinte.

Tabela 4 – Proporção entre entrada no Porto do Rio e entrada na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores

Ano	Porto		Alemães			Austriacos			Espanhóis			Italianos			Portugueses		
	Total	Porto	Porto	HIIF	HIIF/ /P	Porto	HIIF	HIIF/ /P	Porto	HIIF	HIIF/ /P	Porto	HIIF	HIIF/ /P	Porto	HIIF	HIIF/ /P
1884	17.999	1.240	661	53%	598	456	76%	576	268	47%	5.933	4.165	70%	8.683	2.206	25%	
1885	22.727	2.119	581	27%	466	326	70%	815	209	26%	10.908	7.664	70%	7.611	1.397	18%	
1886	22.286	1.713	1.378	80%	644	230	36%	1.139	355	31%	11.582	8.617	74%	6.287	1.407	22%	
1887	31.310	717	621	87%	274	240	88%	1.766	574	33%	17.115	14.639	86%	10.205	2.237	22%	
1888	55.863	638	638	100%	1.916	1.916	100%	2.979	883	30%	35.104	22.948	65%	13.714	4.086	30%	
1890	85.172	4.812	3.494	73%	2.246	1.299	58%	12.008	7.832	65%	31.275	13.794	44%	25.177	10.842	43%	
1891	191.151	4.316	2.743	64%	2.883	1.689	59%	18.688	6.335	34%	116.531	35.981	31%	30.071	8.000	27%	
1892	54.509	749	387	52%	406	77	19%	7.470	4.647	62%	30.248	10.727	35%	14.160	2.581	18%	
	481.017	16.304	10.503	64%	9.433	6.233	66%	45.441	21.103	46%	258.696	118.535	46%	115.908	32.756	28%	

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura. 1884-1893.

A tabela acima nos apresenta a proporção daqueles imigrantes que, ao entrar no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro, foram levados imediatamente para a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Eram indivíduos, famílias e grupos que, muitas vezes, por não terem destino certo, aguardavam orien-

<sup>27</sup> Anastassia Bytsenko, *Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX. Visões do Paraíso e do Inferno*, Tese de Doutorado, Programa de Literatura e de Cultura Russa, São Paulo, USP, 2006, p. 34.

tações das autoridades governamentais para o encaminhamento para núcleos coloniais ou para algum trabalho em fazenda. Outros já vinham com contratos certos e a Hospedaria era o ponto de triagem e espera para continuar viagem.

Podemos perceber que a maioria dos alemães e austríacos que ingressaram no Rio, foram direcionados para a Ilha das Flores. Na média da década, dois terços do total, nesses grupos, foram rececionados ali, chegando, em alguns anos a 80% ou mais. No caso de espanhóis e italianos, cerca de metade dos ingressantes rumou para a Hospedaria. Com variações, ano a ano, os dois últimos grupos tiveram uma média de 46% para a década analisada.

A imigração portuguesa vai destoar desse padrão. Ao longo da década, apenas um quarto (28%) dos ingressantes no Porto do Rio foi registrado como ingressante na Ilha das Flores. Mais uma vez, há variações perceptíveis de 18% (1885 e 1892) a 43% (1890) que, talvez, a partir de um minucioso levantamento das saídas nos portos europeus e dos destinos finais no Brasil, possam ser compreendidas seja pelo mapeamento das regiões portuguesas de emigração seja pelos contextos temporais específicos.

Como explicar essa enorme diferença entre os portugueses e todos os outros grupos? Por que, apesar da massiva entrada de portugueses pelo Porto do Rio, poucos foram acolhidos, proporcionalmente, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores<sup>28</sup>?

### **Cadeias migratórias**

A recepção dos imigrantes portugueses ocorreu, majoritariamente, a partir das redes de sociabilidade já estabelecidas, seja por meio das cartas de chamada, das associações beneficentes e das sociabilidades vinculadas às aldeias e concelhos de origem. O perfil de muitos imigrantes portugueses que habitavam a cidade do Rio de Janeiro evidencia o estabelecimento de complexas e extensas redes de ajuda mútua e apoio social, que sustentavam as chamadas cadeias migratórias. Em geral, os imigrantes portugueses eram jovens soltei-

---

<sup>28</sup> Ismênia de Lima Martins já havia levantado considerações equivalentes, a partir de outra documentação e em temporalidade mais restrita. Em 2006, no 2.º Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil, apresentou um estudo comparativo das listagens de vapores e dos livros de registro dos imigrantes da Hospedaria da Ilha das Flores, entre 30 de março e 30 de abril de 1884. No estudo concluiu-se que os vapores de maioria portuguesa, ao contrário dos italianos e alemães, enviaram proporcionalmente menos gente para a Hospedaria da Ilha das Flores. Cf. Ismênia Martins, “Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro: uma análise crítica das fontes” in Ismênia Martins; Fernando de Souza (Org.), *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Niterói, Muiraquitã, 2006.



ros provenientes do norte do país, que atendendo ao chamado<sup>29</sup> de um conterrâneo – familiar ou amigo – partiam para longe da família em busca de melhores condições de vida. Apoiados por uma rede de informação e de acolhida, o imigrante passava a atuar como caixeiro ou guarda-livro de pequenos negócios urbanos, como armazéns, quitandas, bares, botequins, restaurantes e padarias. Ao longo do tempo, aprendia o negócio, ganhava a confiança do patrão e tomava conta do comércio quando o patrão regressava a Portugal.

O caso de Manoel José Lebrão é exemplar<sup>30</sup>. Nascido em 20 de fevereiro de 1867, na freguesia de Sopo, Vila Nova de Cerveira, no Minho, Manoel Lebrão foi o primogênito em uma família com seis filhos. Em 1881, aos 14 anos de idade, atendendo o chamado do seu pai, Alberto Lebrão, emigrou para o Brasil e empregou-se no estabelecimento do tio como caixeiro. Quando tinha 18 anos, ganhou na loteria e voltou para Portugal, mas reemigrou, utilizando sua fortuna, em parceria com Joaquim Borges Meireles, na abertura da confeitaria Colombo, no ano de 1894. A confeitaria foi um estabelecimento que empregou muitos conterrâneos durante esse período e boa parte do século XX<sup>31</sup>. A confeitaria tornou-se referência de luxo e lugar de encontro de artistas e políticos. Sobre Lebrão, como ficou conhecido, há muitas histórias imortalizadas nas crônicas sobre a cidade. Casado com uma brasileira, Elvira Cordeiro Lebrão, não teve filhos, tendo transferido sua residência para Teresópolis. A fortuna que reuniu, segundo seus biógrafos, foi usada em obras beneficentes, tanto no Rio de Janeiro quanto em Teresópolis e em sua terra natal. Morreu no dia 27 de abril de 1933. Vários de seus familiares e conterrâneos emigraram ao longo do século XX, incentivados, principalmente, por seu sucesso.

O conceito de cadeia migratória foi desenvolvido pelos pesquisadores John MacDonald e Leatrice MacDonald para descrever o fenômeno no qual os emigrantes de uma geração utilizam os contatos e experiências da geração ante-

---

<sup>29</sup> As cartas de chamada eram correspondências de imigrantes para os familiares que permaneciam no seu país de origem, motivavam novos emigrantes e facilitavam a entrada destes no Brasil, funcionando como documentos burocráticos. Cf. Frederico Croci, “O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil”, *Revista Locust*, v. 14, n. 2, jul./dez.

<sup>30</sup> Renato Freire; Antônio Edmilson Rodrigues, *Confeitaria Colombo. Sabores de uma cidade*, Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2014.

<sup>31</sup> Lídia Almeida relata que seu pai, vindo da região de Vizeu, Portugal, em 1955, ao chegar no Brasil, foi trabalhar na Confeitaria Colombo, uma prática bastante corriqueira entre os imigrantes portugueses, segundo a entrevistada. Ver depoimento de Lídia Almeida para Julianna Costa e Guilherme Cavotti. São Gonçalo/RJ. 12/07/2017. Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

rior, servindo por sua vez de referência aos emigrantes da geração seguinte<sup>32</sup>. Samuel Baily utilizou este conceito ao atribuir o aumento do fluxo migratório às relações interpessoais<sup>33</sup>. Para Baily, os laços de parentela, amizade e conterraneidade entre os indivíduos que já se encontravam no exterior e os que ainda pretendiam emigrar possibilitaram a construção de redes de sociabilidade que garantiram a circulação de informação sobre o destino, além de facilitar a inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho da sociedade recetora. Franco Ramella vai na mesma direção ao se contrapor ao enfoque estruturalista, que prioriza os fatores econômicos de “expulsão e atração”<sup>34</sup>, e argumenta a favor da perspectiva que o migrante é um sujeito racional que faz escolhas entre possibilidades diversas. Essas escolhas são potencializadas pelas redes estabelecidas aquém e d’além mar, com informações sobre o destino, sobre mercado de trabalho, entre outros.

É questionável, portanto, a imagem tradicional do migrante sem instrução, que na sua miséria era movido por um desespero cego. Existiu uma ponderação entre riscos e garantias que só foi possível com a disponibilidade de informações adequadas, sejam elas fornecidas por contatos pessoais ou através de agentes recrutadores, jornais internacionais e campanhas publicitárias. Para Leite, “esse tipo de informação concreta e personalizada, desenvolvida no âmbito de relações coletivas em que o potencial emigrante se sentia apoiado, servia de base a decisão de ficar ou partir”<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Oswaldo Truzzi, “Redes em processos migratórios”, *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, jun. (2008), p. 202.

<sup>33</sup> Samuel Baily, “La cadena migratoria de los italianos em la Argentina” in Fernando Devoto; Gianfausto Rosoli (Orgs.), *La inmigración italiana em la Argentina*, Buenos Aires, Biblos, 1985, p. 47.

<sup>34</sup> Franco Ramella, “Por un uso fuerte del concepto de red em los estudios migratorios”, em María Bjerg – Hernán Otero (comps.), *Inmigración y redes sociales em la Argentina Moderna*, Tandil, CEMLA/EHS, 1995. Tal perspectiva contrapõe a de Ravenstein que, impactado com o movimento migratório internacional, publicou em 1885, na Revista da Sociedade de Estatística da Inglaterra, “leis de migração”, em que tentou explicar e prever padrões de migração dentro e entre as nações. Ele vai associar fortemente desenvolvimento econômico, desigualdades regionais e nacionais aos deslocamentos populacionais. Daí se deriva o “push and pull” (atração-repulsão): destaca o papel da dinâmica territorial na estruturação do projeto migratório dos indivíduos, em que os migrantes serão influenciados pela existência de fatores repulsivos existentes no território de partida; por outro lado, a escolha do território de destino estará condicionada pela existência de fatores atrativos, especialmente de caráter econômico.

<sup>35</sup> Joaquim da Costa Leite, “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)” in Boris Fausto (Org.), *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*, São Paulo, EDUSP, 2000, p. 182.

Os estudos migratórios passaram a considerar, portanto, os emigrantes como sujeitos históricos capazes de perseguir seus objetivos e mobilizar para tais fins os recursos que possuíam à sua disposição. Nessa perspectiva, os migrantes tornaram-se um encadeamento das relações estabelecidas com os membros de uma mesma comunidade e a migração deixou de ser entendida como um processo de rutura para revelar-se um processo de continuidade das relações construídas e mantidas entre os dois polos envolvidos. Entretanto, os movimentos migratórios não são fenômenos exclusivamente individuais. Eles também carregam consigo uma complexidade de fatores econômicos que não devem ser negligenciados, visto que os deslocamentos populacionais ocorrem em uma realidade mais abrangente.

Nesse sentido, os imigrantes portugueses recém-chegados, que já possuíam recetores – familiares ou amigos – instalados na cidade do Rio de Janeiro, não usufruíram dos serviços oferecidos pela Hospedaria, como alojamentos, atendimento médico, refeições diárias e distribuição para locais de trabalho. Além disso, em geral, os portugueses, pelas relações estabelecidas nas cadeias migratórias, se fixaram mais nos meios urbanos, diferente das outras nacionalidades que tinham como principal destino o meio rural, seja para as grandes fazendas ou para os núcleos coloniais.

Em contrapartida, e, pelas mesmas referências e argumentos já utilizados, podemos concluir que os portugueses que foram acolhidos na Hospedaria se destinaram, majoritariamente, às áreas rurais. Verifica-se, nos livros de registro, que a maior parte deles, na década analisada, seguiu para São Paulo, secundado por Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As regiões do interior do estado do Rio de Janeiro também aparecem como destinos preferenciais. O norte do país recebeu um menor número de portugueses que passaram pela Hospedaria.

A hospedaria funcionou, nesta época, como entreposto para o meio rural. Caso exemplar é o de João Antônio Gonçalves e Clementina Maria que, junto com os seus filhos, Maria das Graças, João Antônio, José Manoel, Domingos Antônio e Antônio dos Santos, emigraram de Paçó de Vinhais, na região de Trás-os-Montes, para seguir em direção ao Brasil. Em Lisboa embarcaram no vapor Baltimore, no dia 5 de novembro de 1889. Vinte dias depois chegaram à Hospedaria da Ilha das Flores, de onde seguiram para a região de Cantagalo para trabalhar na fazenda do Barão de Nova Friburgo. Em 1929, em meio à crise mundial, João Antônio e Clementina Maria resolvem retornar para Portugal, junto com seus filhos que ainda eram solteiros. José Manoel Gonçalves, na época já estava casado com Custódia de Souza e resolveu ficar com sua família no Brasil. No entanto, a falta de trabalho no interior do estado fez com

que migrassem para a capital federal. Na cidade do Rio de Janeiro trabalhou como vigia na construção do Cristo Redentor. Sua esposa e suas filhas eram as responsáveis pela alimentação dos operários. Preparavam as refeições em sua casa, um barracão localizado aos pés do Cristo<sup>36</sup>.

Casos como o de João Antônio Gonçalves, imigrante português recebido na Hospedaria da Ilha das Flores, representam apenas 28% do total de portugueses que entraram no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro, entre 1883 e 1892.

Desse modo, ao longo da primeira década de funcionamento, a presença de portugueses na Ilha das Flores foi proporcionalmente menor que de outros grupos, como italianos, espanhóis, alemães e austríacos. A grande maioria, 72% desembarcou diretamente na capital, unindo-se a comunidade lusitana da Corte.

## **Conclusão**

O último quartel do século XIX foi marcado pelo deslocamento massivo da população europeia, sobretudo para países americanos. Italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, entre muitas outras nacionalidades, buscaram “fazer a América”, enfrentando as dificuldades de recomeçar suas vidas em um novo país. Embora emigrar nunca tenha sido uma decisão fácil, partir era uma possibilidade mais viável quando um familiar ou amigo encontrava-se estabelecido no país de destino, garantindo o apoio necessário nos momentos iniciais. As redes, cadeias migratórias, facilitaram o deslocamento transnacional. O intenso fluxo e(i)migratório de portugueses para o Brasil, particularmente para a cidade do Rio de Janeiro, derivou-se não apenas da antiga relação metrópole-colônia que gerou ligações culturais e sociais entre os dois países. Ele foi atualizado e reafirmado no contexto da enorme leva internacional de migrações Europa-América, durante o que se convencionou denominar, na historiografia brasileira, como Grande Imigração.

A emigração de portugueses para o Brasil no último quartel do século XIX, acompanhou tendências mundiais. Nesse período, o número de entradas de estrangeiros no país aumentou exponencialmente, levando o governo imperial a intervir na recepção dos imigrantes que chegavam à cidade do Rio de Janeiro. Em 1883, foi criada a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores para realização do registro, controle e encaminhamento dos imigrantes recém-

---

<sup>36</sup> Depoimento de Eden Gonçalves para Julianna Costa. Rio de Janeiro. 2016. Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

-chegados. Todos os passageiros vindos de portos estrangeiros em 3.<sup>a</sup> classe que desembarcassem no Porto do Rio de Janeiro deveriam ser imediatamente transportados até a Ilha das Flores, segundo as ordens do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. No entanto, podemos concluir que essa diretriz não era cumprida tendo em vista que a totalidade dos imigrantes ingressos no Rio de Janeiro, neste período, não foi remetida à Hospedaria.

Ao longo da primeira década de funcionamento, a presença de portugueses na Hospedaria da Ilha das Flores foi proporcionalmente menor que de outros grupos. A grande maioria desembarcou diretamente na capital, unindo-se à comunidade portuguesa da Corte, posteriormente Distrito Federal, e transformando o Rio de Janeiro na cidade mais lusitana fora de Portugal.